

Os animais na história: mudança de sensibilidade e processos de abate de bovinos no Brasil

MAÍRA KAMINSKI DA FONSECA*

Resumo: Esse trabalho tem o objetivo de analisar, através da perspectiva da História Ambiental, um dos meandros da mudança de sensibilidade em relação aos animais, observada através das alterações nos processos de abate e produção de carne no país. A complexidade da relação entre humanos e não-humanos demanda uma análise interdisciplinar e igualmente complexa, que só pode ser alcançada através da utilização de uma teoria que permita uma discussão mais ampla, o que justifica o uso da História Ambiental, e de diferentes tipos de fontes, ou seja, tanto as consideradas “oficiais”, quanto as “não oficiais”.

Palavras-chave: carne; sensibilidade; animais; tecnologia.

A História Ambiental surge como disciplina e campo historiográfico em meados da década de 1970 (PÁDUA, 2010, p. 81). José Augusto Pádua em seu conhecido texto “As bases teóricas da história ambiental” (2010), cita que quando Roderick Nash ministrou o primeiro curso com o título “Environmental History” em 1972, colocou em questão que o surgimento dessa nova categoria de análise além de ser indicador de “uma nova fronteira no ensino da História”, era também uma resposta aos “clamores por responsabilidade ambiental” (PÁDUA, 2010, p. 81). Ou seja, a emergência da História Ambiental, além de ser uma demanda acadêmica de expansão de análise, foi também um produto do crescente debate ambientalista que vinha se apresentando em vários países nesse período, “ela nasceu numa época de reavaliação e reforma cultural, em escala mundial” (WORSTER, 1991, p. 2).

Apesar de surgir enquanto disciplina organizada apenas na década de 1970, suas bases já vinham se delineando desde a primeira metade do século XX, e em certa medida por importantes mudanças no entendimento da vida humana. Como coloca Pádua:

Três mudanças merecem particular atenção: 1) a ideia de que a ação humana pode produzir um impacto relevante sobre o mundo natural, inclusive ao ponto de provocar sua degradação; 2) a revolução nos marcos cronológicos de compreensão do mundo; e 3) a visão de natureza como uma

* Mestranda do curso de Pós-Graduação em História Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, com bolsa de pesquisa financiada pela CAPES.

história, como um processo de construção e reconstrução ao longo do tempo.
(PÁDUA, 2010, p. 83).

Nesse sentido, vários autores já traziam reflexões sobre a natureza a partir desses três pontos muito antes da década de 1970, como por exemplo Gilberto Freyre (*Nordeste*, 1937) e Sergio Buarque de Holanda (*Caminhos e Fronteiras*, 1957) no Brasil; Fernand Braudel (*O mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*, 1949), Mar Bloch (*Les caracteres originaux de l'histoire rurale française*, 1931), entre outros, na França; Walter Prescott Webb (*The great plains*, 1923), James Malin (*The grassland of North America*, 1947) nos Estados Unidos (PÁDUA, 2010, p. 92).

Quem sistematizou e organizou a História ambiental enquanto disciplina nos Estados Unidos foi Donald Worster, classificando-a como:

um esforço revisionista para tornar a disciplina da história mais inclusiva nas suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido. Acima de tudo, a história ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que humanos são uma espécie distinta e “super-natural”, de que as consequências ecológicas dos seus efeitos passados podem ser ignoradas. (WORSTER, 1991, p. 2).

No Brasil, as discussões sobre história ambiental foram sistematizadas pelo já amplamente citado, José Augusto Pádua. Ele estende ainda mais o debate sobre a questão do dualismo naturezaXsociedade, rechaçando-o e colocando as relações com a natureza como uma intersecção entre humano e não humano. Seguindo então essa perspectiva, entendemos que, para realizar estudos na área de História Ambiental é necessário superarmos o dualismo interpretativo que coloca o “natural” de um lado e o “humano” de outro, em prejuízo da complexidade das relações entre sociedade e natureza (PÁDUA, 2010). Sendo assim, podemos afirmar que a visão que o ser humano tem do ambiente, e dos animais, humanos e não-humanos, por consequência, não é algo natural, e que as compreensões e maneiras de representá-los são históricas na medida em que se modificam com o passar do tempo.

José Augusto Drummond (2002) nos aponta porque devemos estudar historicamente o Brasil a partir da perspectiva ambiental, e elenca algumas características para justificar sua afirmação:

Trata-se, primeiro, de um país grande e populoso. É o maior país da América do Sul (ocupando 47,7% de suas terras) e o terceiro maior do continente Americano (20,0% de suas terras). (...) Mesmo sem ser um país propriamente rico ou desenvolvido, o Brasil tem uma economia sujeita a fortes e duradouros ímpetos de crescimento, até hoje baseados em grande parte no consumo extensivo de recursos naturais. (...) Há ainda setores agrícolas e pecuários modernizados que consomem insumos modernos e com grande produção e enormes áreas plantadas como soja, milho, café, frutas e sucos cítricos, açúcar. O país tem grande efetivo de bovinos (e extensas pastagens), suínos e aves. (DRUMMOND, 2002, p. 14-15).

Ou seja, segundo Drummond, o Brasil tem sua economia muito baseada na exploração do ambiente e inclusive na produção animal, o que é de grande relevância para o estudo histórico ambiental. Mas como já havia nos colocado José Augusto Pádua, as relações são mais complexas, portanto estudar somente por um viés econômico acaba por se tornar uma análise reducionista.

Regina Horta Duarte traz questões interessantes em relação a narrativa na História Ambiental. Em seu artigo “Scheherazade tropical: narrativas e diálogos da história ambiental no Brasil” (2013) a autora faz uma analogia entre a donzela dos contos das “Mil e uma noites” e o historiador. No conto de Scheherazade, a moça precisava narrar histórias que prendessem a atenção do sultão para que não fosse morta ao amanhecer, como era o costume daquele líder (DUARTE, 2013, p. 5). Ou seja, a narrativa se torna sua própria existência. A autora aproxima o historiador de Scheherazade no sentido de que sem a narrativa, não existiria o ofício do historiador, e estamos sempre desafiando a morte debruçando-nos sobre “sociedades desaparecidas, mulheres e homens ausentes” (Idem, p. 6).

Na história ambiental, a questão da narrativa se coloca ainda mais importante por ser sua principal característica o que Regina Horta coloca como “transdisciplinaridade”, pois nesse sentido:

os historiadores ambientais romperam preconceitos e inauguraram profícuos diálogos com áreas tradicionalmente distantes da investigação histórica: ecologia, microbiologia, parasitologia, oceanografia, genética, botânica, zoologia, climatologia, geologia, agronomia, ciências florestais, química e engenharia. (DUARTE, 2013, p. 8).

Essa característica pode ser problemática por trazer discursos de outras áreas, e acabar por desconfigurar o próprio discurso do historiador. A autora coloca que não podemos nos tornar estrangeiros dentro de nosso campo, mas que essa transdisciplinaridade deve servir como diálogo possível dentro da história, e que algumas metodologias próprias devem ser utilizadas (Idem, p. 8). Nesse sentido, depois de aproximar o historiador da contadora de histórias, a autora trata de falar das diferenças. É enfática ao afirmar que o que fazemos não é ficção, que devemos basear nossas análises em investigações de documentos que nos permitam produzir uma narrativa coerente e plausível “fundamentadas no âmbito dos debates da comunidade de historiadores” (Idem, p. 9). O que Regina Horta quer deixar claro com essa discussão, é que por mais que tenhamos que seguir uma metodologia específica para cada temática da história, com uma análise incansável de documentos visando produzir um texto coerente, não precisamos criar um texto enfadonho que não atraia leitores de todas as áreas, podemos criar uma narrativa envolvente. Ela coloca que:

não há, porém, divulgação possível do conhecimento sem a sedução do ouvinte ou do leitor. Se o historiador deseja persuadir sobre a importância do que diz ou escreve, se quer mobilizar pessoas por meio dos resultados que produz, precisa cativá-las para efetivamente conquistar o papel de interlocutor indispensável nos debates sobre os impasses coletivos (DUARTE, 2013, p.10).

Após esse apanhado geral sobre historiografia da História Ambiental, nos debruçaremos mais especificamente em um dos sintomas da mudança de sensibilidade em relação aos animais no Brasil, a regulamentação do abate.

Para falar de sensibilidade, o texto de Daniel Wickberg “What is the History of sensibilities? On cultural histories, old and new” (2007) nos traz algumas considerações que se aplicam no debate aqui proposto. O autor coloca que a história cultural foca na primazia dos objetos representados, como o corpo ou a raça por exemplo, enquanto que na história da sensibilidade o foco está na primazia das variadas formas de percepção e sentimentos, os termos e as formas em que os objetos foram concebidos, experimentados e representados no passado¹. Nesse sentido, quando falamos de

¹ Tradução livre. No original: “If the cultural history of representation focuses on the primacy of the objects being represented—for example, the body as a site of cultural meaning, or the study of blackface minstrelsy as racial representation the history of sensibilities focuses on the primacy of the various modes

mudança de sensibilidade em relação aos animais, estamos falando da forma como eles foram percebidos pelos seres humanos no passado, e como são percebidos hoje. Como essa mudança se operou, em que níveis e de que maneira podemos observá-la são as questões que esse artigo coloca e tenta demonstrar através das mudanças de leis referentes ao abate de animais para o consumo humano.

Robert Darnton na apresentação do livro “O grande massacre de gatos: e outros episódios da História Cultural Francesa” (2010) ao falar da história das mentalidades também nos mostra uma perspectiva interessante para pensarmos mudanças de sensibilidades. Coloca que os outros povos são diferentes e que cada cultura em um determinado período pensa e entende o mundo de uma maneira diferente. No texto sobre o episódio do “grande massacre de gatos”, Darnton coloca o seguinte quando se refere ao incidente:

O episódio em conjunto, o massacre dos gatos acrescido de ‘copies’, é destacado como o mais hilariante de toda a carreira de Jerome. No entanto, o fato surpreende o leitor moderno, que não o acha engraçado, mas quase repulsivo. Onde está o humor, num grupo de homens adultos balindo como bodes e batendo seus instrumentos de trabalho, enquanto um adolescente reencena a matança ritual de um animal indefeso? (DARNTON, 2010, p. 106)

O autor não está falando especificamente da mudança de sensibilidade para com os animais, mas de uma percepção diferente do que é engraçado ou não. Porém, muito da repulsa que o autor diz que o episódio causa no leitor de hoje, pode ser associado ao fato da crueldade extrema para com os seres não-humanos, de uma maneira geral, não seja mais tão aceita, como coloca Keith Thomas mais adiante.

No Brasil, o debate a respeito da relação entre animais humanos e não-humanos² é ainda muito recente e isso se deve, em certa medida, aos processos também recentes de modernização das relações entre homens e animais, a partir da industrialização de alimentos. Segundo Juliana Vergueiro Gomes Dias, o país teve uma inserção tardia na produção de carne em escala industrial (DIAS, 2009, p. 35), o que adiou ainda mais as discussões acerca de bem estar e direito animal. Ainda segundo Dias, o primeiro decreto

of perception and feeling, the terms and forms in which objects were conceived, experienced, and represented in the past.” (WICKBERG, 2007, p. 662)

² A utilização do termo “animais não- humanos” acaba por mudar os sentidos simbólicos da separação homem/animal.

federal que abarcava essas questões só surgiu na década de 1930, mais especificamente, no ano de 1934. Foi a primeira vez que a legislação trouxe termos específicos sobre sciência animal na produção de carne: as palavras “sofrimento” e “maus-tratos” (Idem, p. 45). Antes disso já haviam algumas determinações que regulamentavam o trato para com os animais, porém, eram de caráter utilitarista, e não necessariamente de proteção aos bichos (MÓL & VENANCIO, 2014, p. 20). Como por exemplo uma lei municipal de 1886 que determinava ser proibido aos cocheiros e condutores de qualquer tipo de carroça maltratar os animais com castigos bárbaros, sendo estabelecida uma multa de 10 contos de réis ao infrator (LEVAI, 2005, p. 569 apud MÓL & VENANCIO, 2014, p. 20). É somente a partir da década de 1970 que esse debate ganha mais força em terras nacionais, junto com o aumento de Associações de Defesa dos Animais.

O historiador Keith Thomas em sua conhecida obra “O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)” (2010) traz uma reflexão profunda sobre as transformações na percepção dos animais no cotidiano da sociedade inglesa dos séculos XVI, XVII, XVIII e início do XIX. Thomas delinea toda a trajetória do pensamento sobre os animais, desde as concepções ligadas exclusivamente às questões religiosas até a rejeição da crueldade extrema. Após uma longa discussão sobre as práticas consideradas cruéis e seu gradual repúdio, o autor traz um capítulo essencial para entendermos o início sutil da alteração da sensibilidade para com os animais. “O destronamento do homem” (THOMAS, 2010, p. 235) tem seu prelúdio já no final do século XVII. Segundo o autor:

Em fins do século XVII, a própria tradição antropocêntrica sofria atenuada erosão. A aceitação explícita da ideia de que o mundo não existe somente para o homem pode ser considerada como uma das grandes revoluções no moderno pensamento ocidental, embora raros historiadores lhe tenham feito justiça. (p. 235).

Baseado na discussão que travou anteriormente, Thomas argumenta que o fato de tirar o caráter antropocêntrico da humanidade, destituiu de legitimidade que se maltrate desnecessariamente os animais, apesar da ideia de que eles foram feitos para servir o homem ainda fosse (e é) considerada uma verdade, mesmo que muitos pensadores tenham argumentado o oposto. O fato de serem descobertos animais e micro-organismos que vivem completamente independentes da vida humana acabou por

destruir a “antiga ilusão antropocêntrica” (THOMAS, 2010, p.239). O abandono dessa visão é aliado com a mudança nos marcos cronológicos que José Augusto Pádua colocou como uma das principais mudanças no entendimento humano em relação ao ambiente, citadas no início desse artigo. José Augusto Drummond aprofunda mais essa questão, que está intimamente ligada às concepções cristãs de contagem do tempo. O livro do *Gênesis*, no Antigo Testamento da Bíblia, coloca que o mundo foi criado há seis mil anos, e até 150 anos atrás, essa afirmação não havia sido amplamente contestada (DRUMMOND, 1991, p. 178). O autor coloca que “foi a ciência natural – e não a social – do século XIX, a ‘história natural’, (...) a primeira a literalmente *exigir* outras unidades de medida de tempo, e principalmente, *muito mais tempo*” [grifos do autor] (Idem, p. 178). Evidentemente, para a maioria das pessoas, principalmente ligadas à religiões cristãs mais ortodoxas no geral, essa perspectiva estava fora de cogitação. Darwin causou desconforto ainda durante o século XIX ao trazer a teoria da evolução, mais um argumento que combate o antropocentrismo e a ideia de que todos os seres teriam sido criados por Deus somente para servir o homem (THOMAS, 2010, p. 240). Ainda que a empatia para com as criaturas tenha se alterado de lá pra cá, essa concepção continua sendo hegemônica nas sociedades ocidentais.

Fernand Braudel, no segundo capítulo do primeiro volume de sua conhecida obra “Civilização Material e Capitalismo: séculos XV-XVIII” coloca que entre esses dois séculos que estuda nesse livro, a alimentação humana em contexto generalizado, consiste essencialmente no consumo de vegetais (BRAUDEL, 1970, p.89). Coloca ainda que foi essa característica que permitiu a explosão demográfica que se verificou durante esses anos e posteriormente, por uma razão bem simples: “com a mesma superfície, basta que uma economia se decida segundo a aritmética das calorias para que a agricultura leve a melhor sobre a pecuária; bem ou mal, alimenta dez vezes mais pessoas que a sua rival” (Idem, p. 89). Esse quadro se modifica a partir de finais do século XIX e início do XX.

Na América Latina os animais que hoje movimentam a economia pecuarista foram trazidos pelos europeus durante a conquista das terras do novo continente no século XVI. A partir do século XIX, a prática da pecuária foi responsável por uma significativa mudança nas paisagens latino americanas (AUSDAL & WILCOX, 2013, p.75). Segundo Ausdal e Wilcox essa expansão da pecuária não foi motivada apenas pela produção de carne em si, mas também por um incentivo do governo em busca de um controle territorial, e pelo aumento de demanda de exportação e consumo interno,

causados pelo aumento da população consumidora de carne (Idem, p. 80-81), esse aumento inclusive, associado a mudanças socioeconômicas.

Segundo Warren Dean, essas transformações socioeconômicas aliadas à modernização da produção da mercadoria, aumentaram consideravelmente a ingestão de carne na segunda metade do século XX, ao falar da devastação da Mata Atlântica no Brasil, comenta sobre o “vício”³ do brasileiro em consumir carne bovina especialmente a partir do segundo governo Vargas, enfatizando-se nos anos 1960:

No início dos anos 60, o consumo anual per capita em São Paulo chegava a 51 quilos de carne de boi; no Rio de Janeiro, a 61 quilos. Embora esses totais fossem comparáveis aos padrões europeus da época, ocultavam uma enorme demanda reprimida, porque a ingestão de carne de boi, um hábito diário ou duplamente diário dos abastados, ainda não passava de um luxo de feriado para os pobres acostumados ao arroz com feijão. À medida que o desenvolvimento econômico aumentava marginalmente o poder aquisitivo da classe trabalhadora, o primeiro luxo adicionado ao cardápio era a carne de boi. (DEAN, 1996, p. 285).

Percebe-se, portanto, que o consumo de carne pode ser visto como uma “ascensão” social das classes mais baixas e a história social da alimentação no Brasil mostra interessantes insights nesse sentido, inclusive na atualidade⁴.

Uma reportagem da revista *Veja* de 1975 demonstra essa ideia de ascensão ao se consumir carne de maneira bem clara no senso comum do trabalhador. A matéria é sobre o valor do salário mínimo, um senhor é entrevistado e sua fala é a seguinte: “(...)Ainda assim diz que não consegue saldar regularmente as contas de luz – ‘só este mês foram 72 cruzeiros, para conseguir colocar carne na mesa eu sozinho teria de ganhar pelos meus cálculos uns 950 cruzeiros’” (VEJA, Ed. 348, 7 de maio de 1975, p. 93).

Do ponto de vista de uma história das sensibilidades contemporâneas sobre o hábito de comer carne no país, é importante notar que ao passo em que uma ascensão das classes sociais diretamente ligada à intensificação do consumo de produtos de origem agropecuária, diversas formas de resistência ao consumo desses produtos

³ O termo é utilizado pelo autor.

⁴ Um exemplo é o texto CARNEIRO, Enrique S. Comida e Sociedade: Significados sociais na história da alimentação. Revista Questões & Debates. Curitiba, n. 42, p. 71-80, 2005

também passaram a ser observadas, bem como se intensificou, também, o debate sobre a própria industrialização animal.

Nesse sentido, ainda nos anos 1970, Peter Singer (2004) passou a catalisar as atenções para um debate sobre ética animal, que estava intimamente ligado tanto às atividades agropecuárias, como às atividades científicas e militares, por meio da publicação de “Libertação Animal”. Em 1975 podemos dizer que a discussão em torno das relações entre humanos e animais ainda era principiante no país, em meio às perspectivas desenvolvimentistas, então vigentes. A tradução de Singer só acontece no Brasil em 1990, mas, no período, é importante considerar a mudança de sensibilidades, inclusive apontada pelo próprio autor no prefácio à edição brasileira:

Reler o prefácio original deste livro é como retornar a um mundo semi-esquecido. Pessoas preocupadas com animais não me oferecem mais sanduíches de presunto. Nos grupos do movimento de Libertação Animal, os ativistas são, agora, todos vegetarianos; mas, mesmo no movimento mais conservador em defesa do bem-estar dos animais há alguma consciência da questão do consumo de carne. Os que ainda a consomem apresentam suas desculpas e, quando preparam refeições para outros, estão sempre prontos a oferecer alternativas. Há uma nova consciência sobre a necessidade de se estender a simpatia por cães e gatos a porcos, galinhas e até a ratos de laboratório. (SINGER, 2004).

Apesar das discussões terem avançado bastante desde a publicação de Libertação Animal, principalmente ao que diz respeito a valor intrínseco do animal, e não só um valor estipulado pelo ser humano, tanto Peter Singer quanto Keith Thomas são importantes como ponto de partida para o debate sobre o tema. Singer é considerado o marco das discussões mundiais acerca de ética, bem estar e crueldade o para com os animais.

Em buscas rápidas em sites da internet, é possível observar a crescente adoção da dieta vegetariana, devido ao também crescente número de blogs e comunidades virtuais que abordam o tema. O site “Sociedade Vegana” (www.sociedadevegana.org) é um exemplo, mas podemos encontrar inúmeros blogs com conteúdo de esclarecimento, receitas, dicas de substituição dos produtos de origem animal⁵, etc. Em contrapartida, a

⁵ Como os blogs e sites ANDA, Olhar Animal e Veggi e Tal, que inclusive recebem textos de estudiosos do tema em âmbito acadêmico, como a professora Dr. Phil Sonia T. Felipe, cujo o livro “Acertos Abolicionistas: a vez dos animais” (2014) é um conjunto de textos publicados nessas redes.

produção e consumo de carne no ocidente tem aumentado de forma significativa. Isto acontece por conta das transformações socioeconômicas que permitem que cada indivíduo onívoro consuma mais carne⁶ em cada refeição.

A produção sistemática de carne aumentou consideravelmente a partir do processo de modernização da indústria, tanto agrícola quanto pecuária. Como coloca Jó Klanovicz, ao falar sobre a modernização da agricultura no Estado de Santa Catarina, e que podemos tomar de empréstimo para nossa discussão,

acredita-se que a interpretação da agricultura em Santa Catarina a partir de uma História Ambiental pode redimensionar o entendimento do processo moderno como um todo, na medida em que a leitura histórica pode ser deslocada das abordagens estruturalistas calcadas apenas nas atividades humanas, para uma outra que considera ações humanas num coletivo historicamente constituído por humanos e não humanos. (KLANOVICZ, 2011, p. 119).

Apesar de estar trabalhando especificamente com agricultura, podemos utilizar suas premissas dentro do processo de industrialização da carne, pois este aconteceu praticamente em conjunto com a modernização da agricultura, e é importante que seja tratado não apenas como uma ação humana isolada, mas como uma inter-relação dos coletivos humanos e não humanos.

Um dos “avanços” na mudança de sensibilidade em relação aos animais de abate no Brasil diz respeito à criação da lei do “abate humanitário”. Apesar de ser vista como medida paliativa para os ativistas favoráveis a total abolição animal, dentro dos pequenos passos que a mudança de sensibilidade opera, essa lei é vista como ganho.

O decreto que rege essa lei foi colocado a primeira vez em 1934, no mesmo decreto já citado⁷, porém perdeu seu status de lei anos depois, e só voltou a ter esse caráter no ano de 1952, sob o número 30.691, de 29 de março. Duas alterações foram feitas posteriormente em 1962 e 1994, e o que está em regimento hoje, em relação ao abate humanitário, é o de 1997, que diz o seguinte:

⁶ De acordo com MAPA. Mercado interno. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA. Disponível em:<<http://www.agricultura.gov.br/animal/mercado-interno>>. Acesso em: junho/2015.

⁷ Citado por Juliana Vergueiro Dias (2009) em sua dissertação de mestrado, já mencionada.

Art.135. Só é permitido o sacrifício de animais de açougue por métodos humanitários, utilizando-se de prévia insensibilização baseada em princípios científicos, seguida de imediata sangria".

§ 1º Os métodos empregados para cada espécie de animal de açougue deverão ser aprovados pelo órgão oficial competente, cujas especificações e procedimentos serão disciplinados em regulamento técnico.

§ 2º É facultado o sacrifício de bovinos de acordo com preceitos religiosos (jugulação cruenta), desde que sejam destinados ao consumo por comunidade religiosa que os requeira ou ao comércio internacional com países que façam essa exigência." (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DECRETO Nº 2.244 DE 4 DE JUNHO DE 1997)

Esse decreto é fruto de uma pressão externa realizada pelos países importadores de carne, materializada na forma do tratado de Assunção de 21 de março de 1991. O tratado obrigava os países signatários exportadores de carne a seguirem processos de abate que equivalassem aos dos países que importavam (DIAS, 2009, p. 2). Nesse sentido, apesar de haver uma mudança na sensibilidade observada através de outros meios, como o aumento de pessoas adotando dietas alternativas, algumas coisas presentes nas leis derivam de pressões internacionais.

Como coloca Juliana Vergueiro Dias,

Esse novo método veio aprimorar todas as soluções que a indústria da carne encontrou para os dilemas decorrentes de sua produção. É assim resultado justamente de exigências mercadológicas, econômicas, estéticas, sanitárias e – aspecto complexo que deverá ser problematizado – éticas do abate. (DIAS, 2009, p. 57).

Ou seja, do ponto de vista da indústria da carne, é uma solução mercadológica, mas se pensarmos em questões morais, o decreto pode ser visto como uma pequena mudança na sensibilidade em relação aos animais de abate, mesmo trazendo um parágrafo que permite que a técnica não seja usada em alguns casos.

Cada animal deve passar por um processo de insensibilização específico para sua espécie. De acordo com o Manual Abate Humanitário de Bovinos produzido em 2012 pelos membros brasileiros de um grupo internacional de proteção aos animais chamado WSPA⁸, hoje para que seja considerado um abate humanitário quando se trata da

⁸ Sigla em inglês para “World Society for the Protection of Animals”.

espécie bovina, deve-se ser aplicada a técnica que se chama “insensibilização por dardo cativo”, que funciona da seguinte maneira:

Os equipamentos de dardo cativo têm como finalidade causar perda imediata da consciência, provocando a inconsciência do bovino sem que haja transdução do estímulo da dor, o qual é obtido em torno de 150 – 200 milésimos de segundo. A força causada pelo impacto do dardo contra o crânio do animal produzirá concussão cerebral o que o torna inconsciente em aproximadamente dois milésimos de segundo, assegurando que o mesmo não sinta dor. Desse modo, não há tempo suficiente para que o estímulo da dor seja traduzido, o que assegura a insensibilização imediata do bovino sem indício de dor. (LUDTKE [et al], 2012, p. 75)

Ainda segundo o manual, existem algumas leis mais recentes que “aperfeiçoam” o bem-estar do animal de abate. São elas:

Instrução Normativa N° 3, de 17 de janeiro de 2000, que é um Regulamento Técnico de Métodos de Insensibilização para o Abate Humanitário de Animais de Açougue; Ofício Circular N° 550 (24 de agosto de 2011) e 562 (29 de agosto de 2011), que estabelece adaptações da Circular N° 176/2005, na qual se atribui responsabilidade aos fiscais federais para a verificação no local e documental do bem-estar animal através de planilhas oficiais padronizadas; Normativa N° 56, de 06 de novembro de 2008, que estabelece os procedimentos gerais de Recomendações de Boas Práticas de Bem-estar para Animais de Produção e de Interesse Econômico – REBEM, que abrange os sistemas de produção e o transporte e a Instrução Normativa N° 46, de 6 de outubro de 2011, que contempla requisitos de bem-estar animal dentro das normas técnicas para instalações, manejo, nutrição, aspectos sanitários e ambiente de criação nos sistemas orgânicos de produção animal. (LUDTKE [et al], 2012, p. 09)

Esse manual tem por objetivo informar sobre o abate humanitário, visando o bem-estar do animal em todas as etapas da produção de carne. É irônico e interessante ao mesmo tempo, por ser produzido por um grupo de proteção aos animais. A sensibilização existe, mas não chega ao ponto da abolição. Essa é uma visão chamada

de “bem-estarismo”, podemos dizer que é o passo intermediário⁹ da mudança de sensibilidade.

Percebemos então, através das fontes apresentadas, que uma mudança se operou na mentalidade brasileira nos últimos anos, resultando em alguns avanços em relação às legislações sobre produção animal no país. Uma nova problemática que se coloca, é se os órgãos responsáveis pela fiscalização dos frigoríficos e abatedouros se certificam de que a lei é cumprida. O que permanece no imaginário dos consumidores de carne é a “consciência tranquila” de que o bife que está em sua mesa não sofreu ao morrer.

Referências bibliográficas:

AUSDAL, Shawn van; WILCOX, Robert W. *No rastro das patas: a pecuária e a transformação das paisagens*. IN: LEAL, Claudia; PÁDUA, José Augusto; SOLURI, John (Orgs.). *Novas histórias ambientais da América Latina e do Caribe*. Munique: Rachel Carson Center, 2014, p. 75-82.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material e Capitalismo: séculos XV-XVIII*. Vol. 1. Lisboa/Rio de Janeiro: Edições Cosmos, 1970.

BUELL, Lawrence. *Writing for an endangered world*. Boston: Belknap/Harvard University Press, 2001.

DARNTON, Robert. “Os trabalhadores se revoltam: o grande massacre de gatos na Rua Saint-Severin”. IN:_____. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 2010, p. 101-136.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

DIAS, Juliana Vergueiro. *O rigor da morte: a construção simbólica do “animal de açougue” na produção industrial brasileira*. (Dissertação de mestrado) Campinas: [s.n], 2009.

DRUMMOND, José Augusto. Por que estudar a história ambiental do Brasil? – ensaio temático. *Varia Historia*. Belo Horizonte, n.26, 2002, p. 13-32.

_____. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 177-197.

⁹ Nesse sentido, percebemos que existe sim uma mudança significativa na sensibilidade em relação aos animais em três níveis: 1) percepção do sofrimento e repulsa a crueldade extrema; 2) movimentos de “bem-estarismo” que buscam o fim do sofrimento, mas sem abrir mão da utilização dos animais em prol humano; e 3) abolicionismo animal, que resulta no ideal vegano.

- DUARTE, Regina Horta. Scheherazade tropical: narrativas e diálogos da história ambiental no Brasil. *História*. São Paulo, vol. 32, n. 2, jul/dez 2013, p. 3-20.
- KLANOVICZ, Jó. Modernismo agrícola e cultivo de macieiras: uma história ambiental da “correção da natureza” em Fraiburgo, Brasil. *Revista Esboços*. Florianópolis, v.18, n.25, p. 118-141, agosto, 2011.
- LUDTKE, Charli Beatriz [et al]. *Abate Humanitário de Bovinos*. Rio de Janeiro, WSPA, 2012.
- MAUCH, C.; TRISCHLER, H. *International Environmental History: Nature as a Cultural Challenge*. Munich: RCC Perspectives, 2010.
- MÓL, Samylla; VENANCIO, Renato. *A proteção jurídica aos animais no Brasil: uma breve história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- PADUA, José Augusto. *Bases teóricas da História Ambiental*. In: Estudos Avançados, v. 24, p. 81-101, 2010.
- SINGER, Peter. *Libertação Animal*. Ed. rev. Porto Alegre, São Paulo: Lugano, 2004.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- WICKBERG, Daniel. What Is the History of Sensibilities? On Cultural Histories, Old and New. *American Historical Review*. June 2007, p. 661-684.
- WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Revista Estudos Históricas*. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 198-215.